

São Paulo e as migrações históricas: um tema central

*Márcio de Oliveira*¹

TRUZZI, Oswaldo (Org.). **Migrações internacionais do interior paulista. Contextos, trajetórias e associativismo.** São Carlos" EdUFSCar, 2021.

É com grande prazer que apresento ao leitor de *Ideias*, o livro organizado por Oswaldo Truzzi, Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Oswaldo é reconhecidamente um dos mais importantes pesquisadores no campo das migrações internacionais históricas. Nos últimos anos vem coordenando dois importantes projetos, a saber: 1) Percursos histórico-sociais na incorporação de imigrantes no Oeste Paulista (1880-1950) e 2) Interiores comparados: São Paulo, Buenos Aires e outros destinos migratórios, 1850-1950, envolvendo diversos pesquisadores, alguns dos quais autores de capítulos da obra em tela. O livro é resultado destes projetos de pesquisa.

A importância deste livro é melhor aquilatada quando se analisa o campo de estudos sobre migrações históricas. Só muito recentemente, no ano de 2020, foi publicado um livro, organizado pelo professor de história da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Luís Reznik, cujos capítulos abrangem o período entre 1830 e 1970, com o sugestivo título de "História da Imigração no Brasil" (Reznik, 2020)². Ao lado desse esforço atual, há inúmeras

¹ Doutor em Sociologia pela Université Paris Descartes, Paris V e docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: marciodeoliveira62@gmail.com

² À exceção deste, quem procurar livros com títulos similares, encontra o

publicações sobre histórias de imigrantes nos mais diversos estados brasileiros, em especial de Minas Gerais aos estados do sul do país. Não obstante as muitas histórias regionais, falar da imigração histórica para São Paulo significa analisar os fluxos migratórios cuja consequência foi a instalação de 7 em cada 10 estrangeiros que residiam no Brasil, segundo os censos de 1900 e 1920 (Oliveira, 2017). Dito em outros termos, o estado de São Paulo é peça chave para se entender a imigração histórica no país como um todo, como os capítulos da obra mostram claramente.

O partido teórico-empírico proposto na obra é igualmente inovador. Oswaldo esclarece, na “apresentação”, eu resumo aqui, que o livro parte de três “reconhecimentos”: 1) A incorporação de imigrantes é pautada pelas fronteiras sociais interpostas por cada grupo e os “outros”; 2) A experiência imigrante na cidade de São Paulo não abarca as diversas situações vividas no interior do estado; 3) O chamado Oeste paulista não é homogêneo, mas diversifica-se em função dos eixos ferroviários, do porte das cidades e do período de chegada de cada grupo e seu local de instalação. Este plano analítico indica o quão rica e diferenciada é a história da imigração no Brasil, por vezes resumida em livros escolares como um processo linear de “substituição da mão-de-obra escravizada” nas plantações de café. Saliente-se aqui que esta vulgata nem de longe consegue resumir a presença imigrante no interior de São Paulo, diversa em contextos geográfico e históricos, em grupos étnicos e em práticas sociais, em especial com os “outros” grupos e populações escravizadas, e nem mesmo em outros estados do Brasil. O leitor percebe assim que está diante de uma obra que apresenta novas teses e não de um livro com capítulos autônomos e que não conversam entre si. Em outras palavras, o livro foi efetivamente organizado a partir do plano

trabalho de Fernando Lázaro de Barros Basto, “Síntese da História da Imigração no Brasil”, publicado pelo próprio autor (Basto, 1970) e o livro do professor e vice-reitor da PUC-RJ, o padre Fernando Bastos de Ávila, “L’immigration au Brésil. Contribution à une Théorie Générale de l’Immigration” (Ávila, 1956).

proposto e a presença de Truzzi está não apenas no desenho geral, mas em diversos capítulos da obra.

Oswaldo organizou sua obra em três partes: Contextos, Grupos Étnicos e Associativismo Étnico. As análises aí apresentadas trazem inúmeras questões para debate, são exímias na revisão da literatura dos temas estudados, fazendo com que os capítulos possam ser cotejados com as diversas histórias imigrantes em outros estados brasileiros. Não pretendo aqui resenhar (e simplificar) a riqueza que o leitor encontrará. Quero, ao contrário, indicar algumas questões que me chamaram a atenção.

Na primeira parte, Contextos, os capítulos trabalham diversos temas, dos percursos migratório intergeracionais, “colocação” de imigrantes no interior e hospedaria em Campinas, até as experiências das mulheres imigrantes e a questão da branquitude. Estes dois últimos temas são de extrema atualidade. Começamos pelo segundo deles. A construção de uma “branquitude” surge como uma consequência inesperada da política, ora afirmada, ora escamoteada, de atração de imigrantes europeus ditos mais aptos ao trabalho livre e aos métodos econômico-rationais nas plantações de café. A atração de imigrantes, fruto de racismo evidente e do desejo nem sempre confesso de “branqueamento” da população brasileira, foi assentada em bases morais e condutas sociais lentamente gestadas e não de um cálculo puramente econômico ou da crença na inevitabilidade do mercado de livre de trabalho (PALMA; TRUZZI, 2022: 117-140). Efetivamente, ao elevar o imigrante, em especial o imigrante italiano, à condição de “agente do progresso”, tendo como unidade o “familismo presente tanto entre fazendeiros como nos trabalhadores imigrantes”, a política de implantação da mão-de-obra de origem europeia alijou do mercado de trabalho parte da população escravizada e mesmo parte da população preta já liberta, sob o falso argumento segundo o qual eram incapazes de se adaptar àquele modelo. A preferência por imigrantes trabalhadores foi, portanto, uma decisão política e não um devir histórico impulsionado pela expansão do café, afirmam os autores.

Em consequência, as relações sociais entre grupos imigrantes e populações ex-escravizadas foram lentamente pautadas pelo desejo de distinção, processo que findou por construir uma branquitude que não existia na sociedade brasileira pré-imigração. Este é o caso dos imigrantes italianos que se descobrem, primeiros italianos, para depois se afirmarem “brancos” como estratégia distintiva em relação à população preta (TRUZZI, 2022: 300). Poder-se-ia deduzir daí que a discriminação racial no Brasil colonial e imperial teria encontrado nos grupos imigrantes e nas relações sociais que estabelecem com grupos de ex-escravizados, sua versão mais acabada? Isso explicaria o fato dos estados que receberam mais imigrantes no Brasil serem considerados os mais racistas?

O impacto da presença ou da ausência de mulheres nos fluxos migratórios é tema recorrente, apesar da precariedade da documentação específica. Se em termos puramente demográficos a presença feminina é menos significativa, isso não quer dizer que sua importância foi menor em outras dimensões da vida social, muito ao contrário. Além de gerir e arcar as atividades realizadas pelos homens, pais, filhos ou maridos, durante seus percursos migratórios ou durante suas jornadas de trabalho, as mulheres, em muitos relatos, sobressaíam-se também no trabalho diário. Dupla ou tripla jornada de trabalho, situações aparentemente recentes, eram comuns nos espaços migratórios. O capítulo de Carla Fernandes, Maria Izilda e Oswaldo esclarece, contudo, que o trabalho feminino não era em nada similar ao masculino. Era mais diverso, mais necessário e economicamente tão ou mais fundamental do que o masculino. Assim, “[...] são constantes as referências que entre famílias migrantes nas quais as mulheres estiveram presentes, as possibilidades de saúde e prosperidade da família foram muito maiores, tanto no caso das atividades agrícolas como nas cidades.” (CONCEIÇÃO; IZILDA; TRUZZI, 2022: 148-149).

No caso das cidades e das indústrias, o salário mais baixo, 65% daquele recebido pelo homem, era considerado essencial devido a propalada destreza da mão-de-obra feminina. A presença

das mulheres nos serviços domésticos urbanos, nas atividades comerciais, pensionatos, alimentação, entre outros, mostra a diversidade e importância econômica do trabalho feminino. As experiências femininas no interior do estado, afirmam autoras e autor, “[...] englobaram simultaneamente processos de participação e exclusão.” (CONCEIÇÃO; IZILDA; TRUZZI, 2022: 148-149). É exatamente ao tematizar a exclusão que autoras e autor trazem à tona o debate sobre os “mecanismos de invisibilidade” das personagens e das fontes. Dentre estes, pode-se supor que a dimensão espaço-afetiva seja uma das mais importantes, como têm demonstrado muitos estudos sobre mulheres migrantes. Assim, ao lado do trabalho formal ou informal, ontem como hoje, tarefas como costurar, cuidar da horta e preparar alimentos, cuidar da saúde e da educação dos filhos, irmãos mais novos, maridos e pais são ao mesmo tempo domésticas, econômicas e afetivas. São elas que, efetivamente, dão ligadura e sentido às múltiplas relações que unem membros de uma mesma família ou de um grupo social mais amplo. Em conclusão, estudar a presença das mulheres nas migrações desloca o foco da análise da inserção profissional estrita para a multiplicidade de dimensões presentes no universo feminino, em especial aquelas ligadas ao cuidado e à saúde afetiva, temas cada vez mais estudados no campo do estudos migratórios.

O conjunto de capítulos presente na 2ª parte da obra, intitulada “Grupos Étnicos”, traz um rol de estudos sobre espanhóis, italianos, japoneses e árabes, efetivamente os grupos mais numerosos no período em tela. A novidade nesta parte diz respeito aos bessarábios, ou rumenos da Bessarábia, grupo estudado pela doutora em Sociologia Svetlana Ruseishivlli, ou simplesmente professora Lana como é conhecida entre nós.

Seguindo o modelo que me propus ao analisar a primeira parte da obra, escolhi um tema sobre o qual me detenho, a etnicidade. Oswaldo, em sua apresentação, colocou em destaque a questão das fronteiras, não físico-territoriais, mas socioculturais que separaram, distinguiram e construíram as identidades migrantes. Dois dos capítulos dessa parte – “Candidatos de origem japonesa na política municipal paulista, 1947-1964”, de Gustavo

Taniguti, e “Entre o campo e a cidade: a mobilidade dos imigrantes bessarábios em São Paulo na primeira metade do século XX”, da professora Lana – trabalham essa questão.

Gustavo é extremamente didático e original ao mostrar a quantidade e a dispersão geográfica dos candidatos de origem japonesa nos diversos pleitos municipais, capital e cidades do interior. O capítulo mostra em detalhe como descendentes de imigrantes japoneses que adentram nos espaços políticos contam, de um lado, com o apoio comunitário das associações comerciais, por exemplo, e de outro como alguns candidatos de segunda geração, fins dos anos 1940 e década de 1950, ultrapassam o nicho étnico, ao conseguirem adequar-se “[...] à recém-estabelecida estrutura de poder público municipal.”, e assim conquistarei apoio dos “gaijins”. (TANIGUTI, 2022: 290). A esfera política funciona, portanto, tanto como espaço para a mobilidade social ascendente quanto como espaço de integração e de rompimento das fronteiras étnicas. Efetivamente, aquilo que pode ser considerado o voto étnico é, antes disso, voto, ou seja, expressão de participação num espaço que antes se apresentava como estritamente reservado ao nacional. Assim, a presença de descendentes na arena política é um tipo de integração que, aos poucos, vai tornando porosa as fronteiras étnicas. Ao final, os brasileiros descendentes de japoneses vão se percebendo efetivamente “brasileiros” ou “nipo-brasileiros”, como fica claro para aqueles que fizeram o caminho do retorno e emigraram para o Japão nos últimos 20 anos.

O capítulo escrito por Lana é uma viagem no tempo e no espaço, da região da Bessarábia, situada na parte leste da atual Romênia, ao estado de São Paulo. O capítulo é rico em informações e não há como resumi-lo aqui. Para o que me interessa, Lana mostra como a migração dos bessarábios não pode ser restrita ao seu tempo de duração, mas funciona como *modus operandi* de um processo de mobilidade social que é fundamentalmente espacial. A mobilidade é “[...] o modo específico de incorporação desses migrantes ao estado de São Paulo no contexto da pós-crise de café.” (RUSEISHVILLI, 2022: 266). Fazendo um paralelo com a migração de japoneses para regiões da Alta Paulista e Alta Sorocabana,

Lana afirma que a migração interna, para localidades onde havia reais oportunidades de aquisição de terras e ascensão econômica, foi o móvel da fixação e do abandono do desejo de retorno, presente nos imigrantes japoneses. Porém, ao continuar migrando internamente, membros de ambos grupos, ao menos enquanto projeto coletivo, não retornam aos seus países de origem. O fator étnico, ainda que presente, parece assim ceder espaços aos projetos individuais, estes sim, migrantes. Não seria possível dizer que a mobilidade é o traço que permanece justamente porque permite o surgimento de trajetórias individuais que alargam e ressignificam as relações étnicas tradicionais em qualquer grupo de imigrantes no Brasil? Não seria esse o propósito primeiro e último dos projetos migratórios?

Não quero concluir essa curta resenha sem abordar os três capítulos da última parte, todos eles sobre o tema do associativismo étnico. Cada um a seu modo, discorrem sobre experiências associativas e os limites da etnicidade como fator de aglutinação ao longo do tempo. Os estudos migratórios, por vezes, se vêm às voltas e às turras com a perspectiva étnico-nacional. Diversos capítulos dessa obra mostram como certas identidades nacionais, que não existiam tal e qual nos espaços de origem, são forjadas nos países de destino. É inegável que grupos imigrantes se reuniram em entidades, ora cooperativas, ora beneficentes, ora construíram escolas, ora igrejas, enfim, organizaram-se. Em todos estes espaços, aspectos culturais (linguísticos, culinários, etc.) e parte dos capitais cultural e econômico trazidos foram e continuaram sendo reatualizados. Assim, reconhece-se que a história da imigração no Brasil não se resume ao passado.

Ao terminar essa resenha, fica apenas um pequeno senão: a menor importância dada aos diferentes perfis socioeconômicos dos imigrantes ou de seus descendentes e às dissensões internas no interior de cada grupo nacional. Isso, por óbvio que seja, em nada reduz à importância da obra que, como quis salientar, não é tema específico do estado de São Paulo, nem mesmo do campo de estudos migratórios. A história das migrações internacionais entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX cala fundo na

história social do Brasil, com reflexos nas recentes migrações latino-americanas do século XXI e mesmo na emigração de brasileiros. E isso é apenas mais um motivo para saudar a excelente obra que Oswaldo e seu grupo produziram.

Referências

ÁVILA, Fernando Bastos de. **L'immigration au Brésil. Contribution à une Théorie Générale de l'Immigration**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1956.

BASTO, Fernando L. B. **Síntese da História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed do Autor, 2a. Ed, 1970.

REZNIK, Luís (Org.). **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/ FGV Editora, 2020.